



ENTRE O CAMPO E A CIDADE:

a construção de um espaço político a partir da Feira Agroecológica da São Benedito¹

Edimar Monteiro da Costa²
Renata da Silva Nobrega³

RESUMO

Este artigo discute o potencial político da Feira Agroecológica da São Benedito, uma feira agroecológica realizada pelo Grupo Coletivo 14 de Agosto no município de Jarú, na região central de Rondônia. O Grupo é constituído por um conjunto de famílias vinculadas ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e auto organizadas de forma coletiva no Assentamento 14 de Agosto. A feira tem construído e consolidado uma relação direta entre produtores e consumidores que ultrapassa o simples vínculo econômico, focando a essência da sociabilidade, da troca de saberes, da cultura e do consumo consciente, fortalece a importância do campesinato para a sociedade. A pesquisa teve por objetivo discutir como a Feira Agroecológica de Jarú tem contribuído para um cenário de articulações políticas, fruto da intencionalidade da luta camponesa e do Grupo Coletivo em aproximar campo e cidade. Para tanto, a pesquisa obteve o método qualitativo com abordagem da pesquisa participante, com a realização de entrevistas com integrantes do Coletivo, fregueses da feira e dirigentes do MST e do MPA, observações e diálogos, com uso de diário de campo. Neste contexto, para que a Feira da São Benedito possa ser compreendida como um espaço político que propõe articular a resistência dos camponeses, é preciso estar articulando constantemente a produção agroecológica, a cultura camponesa e a alimentação saudável e diversificada como forma de garantir a cultura destes povos.

Palavras-chave: Feira Camponesa. Agroecologia. Reforma Agrária. Movimentos Sociais.

INTRODUÇÃO

*“Unindo campo e cidade, vamos caminhar
rumo a nossa utopia e o Projeto Popular”⁴*

¹ Artigo apresentado como requisito parcial à conclusão do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia – UNIR.

² Graduando do curso Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR) Campus Rolim de Moura.

³ Professora do curso de Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Rondônia (UNIR). E-mail: renatanobrega@unir.br

⁴ Música composta pelo Grupo de cultura Arte Terra – Assentamento 14 de Agosto, para apresentação no Festival Nacional de Música de poesia do MST. Conquistaram o 1º lugar.

Desde 2011, o Grupo Coletivo 14 de Agosto⁵ realiza uma feira agroecológica no município de Jaru, na região central de Rondônia. O Grupo é constituído por um conjunto de famílias vinculadas ao Movimento de Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) e ao Movimento de Pequenos Agricultores (MPA) e auto organizadas de forma coletiva no Assentamento 14 de Agosto. O Grupo é hoje referência em Rondônia no debate em torno da agroecologia, despertando interesse não só de pesquisadores e estudantes de diversas áreas do conhecimento e outros grupos de agricultores que buscam conhecer a experiência desenvolvida ali como forma de conter os avanços do capitalismo agrário (STÉDILE 2013)⁶ na região. Sua produção é alicerçada no auto sustento familiar e na venda do excedente em feiras agroecológicas ou de forma direta ao consumidor nas cidades, fazendo assim, uma relação de parceria entre campo e cidade, cuja indissociabilidade é um lema da Via Campesina⁷.

A “Feira Agroecológica da São Benedito” acontece a partir das 17:00hs das sextas feiras, em um barracão da igreja São Benedito, localizada na rua Dom Pedro I. A “Feira da São Benedito”, como também é conhecida, oferece uma farta variedade da produção camponesa. A feira nasceu de um esforço do Grupo Coletivo 14 de Agosto de criar novas formas de comercialização de seus produtos, rompendo com o ciclo de dependência e exploração do mercado convencional. Realizada em parceria (na época) com a Organização Não Governamental Evitando a Poluição ao Ambiente (ONG EPA)⁸, a feira tem construído e consolidado uma relação direta entre produtores e consumidores que ultrapassa o simples vínculo econômico.

⁵ Neste artigo, o Grupo Coletivo 14 de Agosto será nomeado também por “Grupo Coletivo”, “Grupo”, “Coletivo”, “Catorze” e “14 de Agosto”.

⁶ Capitalismo agrário, de acordo Stédile e Fernandes, são os grupos que detém o capital e dominam as políticas para o campo, incluindo as grandes propriedades de terras e as multinacionais produtora de agroquímicos e sementes “melhoradas geneticamente”.

⁷ É uma organização internacional que reúne movimentos sociais do campo em defesa dos trabalhadores camponeses. No Brasil, articulam organizações como, o MST, MPA, MAB, Movimento de Mulheres Camponesas, indígenas entre outros.

⁸ A EPA articula um grupo de pessoas que desenvolvem trabalhos voluntários em defesa do meio ambiente em especial praticam o reflorestamento e coleta de lixo do Rio Mororó que corta a cidade de Jaru e vem sendo muito impactado pela ação humana. Em entrevista, Ronny, um dos integrantes, explicou a origem da ONG: “Ela surgiu de uma Campanha da Fraternidade há mais ou menos oito ou dez anos com o propósito de atuar nas questões do meio ambiente aqui do município do Jaru. Eventualmente, às vezes a gente faz algumas atuações nos municípios vizinhos, mais especificamente focando no Rio Mororó. Inicialmente ela foi criada para cuidar e tentar melhorar a conscientização da população com relação ao Rio Mororó que corta a cidade todinha. Também tentamos conscientizar a sociedade sobre o Rio Jaru, fizemos algumas atividades voltadas para a limpeza do rio, para os cuidados e preservação das APPS e vários eventos foram feitos mobilizando a sociedade, escolas, coleta de lixo, gincanas, passeio ciclístico, promovendo sempre o sentido de conscientizar a população e mudar a realidade. Então é isso, é focado mais no Rio Mororó, mas não deixa de ver outras questões de poluição, construções irregulares em áreas de preservação e com o objetivo de conscientizar a população.” (Entrevista com Ronnie, realizada em Jaru, em 24 de maio de 2019).

Nos últimos anos, a Feira Agroecológica tem criado uma base de consumidores conscientes, que reconhecem o papel do Coletivo na oferta de alimentos livres de veneno, produzidos por meio de relações solidárias, que são também resultado das lutas dos assentados e dos movimentos sociais aos quais são vinculadas às famílias do 14 de Agosto. Desde as iniciativas que antecederam a criação da Feira até o momento atual, as relações construídas a partir dela, tem contribuído para a articulação de uma agenda de lutas que unificam os movimentos sociais do campo e da cidade, como o Congresso do Povo e a Campanha Permanente Contra os Agrotóxicos, os Encontro de Jovens e outros debates, entre outras iniciativas. Neste artigo, o objetivo é discutir como a Feira Agroecológica de Jaru tem se constituído como um espaço político, fruto da intencionalidade do Grupo Coletivo em aproximar campo e cidade.

Para isso, apresento um retrospecto da gênese do MST no Brasil e a sua articulação em Rondônia, por ser o movimento que organizou o Assentamento 14 de Agosto. Na sequência, vou buscar refletir sobre a formação do Grupo Coletivo 14 de Agosto, que há mais de dez anos desenvolve práticas de cooperação na agricultura, alcançando a coletivização das terras, trabalho e panelas (NOBREGA, 2013; ARAÚJO, 2017). O MST será o ponto de partida para compreender a caminhada das famílias para chegarem ao trabalho e à vivência coletiva, por entender que os espaços formativos (CALDART, 2001; VENDRAMINI, 2007) propiciados por este movimento foram determinantes para a permanência no campo e para disponibilidade de boa parte dos integrantes do Coletivo na militância (quase que diária) da luta pela terra.

Na sequência, apresento um histórico sobre a luta deste assentamento e sua influência na luta pela Reforma Agrária em Rondônia. Passo então para um panorama das formas de organização em diferentes aspectos da vida cotidiana no Grupo 14 de Agosto, destacando a vivência da juventude e o seu envolvimento nas tarefas da militância, resultado do processo educativo que experimentam desde crianças, um fator determinante na sua formação enquanto sujeitos para a luta em defesa dos trabalhadores e na vivência coletiva. Articulo estas experiências com a Agroecologia como proposta para o campo e cidade, pois esta vai além de uma forma de produzir, sendo também uma forma de viver e formar sujeitos. Desta forma, movimentos sociais, reforma agrária e agroecologia se encontram, sendo a Feira Agroecológica da São Benedito uma das repercussões deste encontro. Feita esta discussão inicial, passo a discutir o potencial da Feira enquanto espaço político, de articulação da luta dos trabalhadores, constituindo-se como uma importante experiência de Educação Popular. Para isso, realizei uma pesquisa qualitativa, cujos passos descrevo a seguir.

1 METODOLOGIA

Meu envolvimento com o Assentamento 14 de Agosto originou-se do engajamento político por parte de alguns familiares que, diante das dificuldades encontradas pelos camponeses após a conquista da terra, reuniram-se em um grupo de camponeses e fundaram o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cerejeiras, em 1987. Meu pai, Francisco Monteiro da Costa como presidente provisório e meu irmão, Luciomar Monteiro da Costa, em seguida, assumiu as tarefas de secretaria. Em 1990, meu irmão vinculou-se ao MST, traçando uma longa trajetória de militância na organização e depois de longas e acirradas lutas, conquistou⁹ a terra, juntamente com sua família em 1996 no Assentamento 14 de Agosto.

Esta trajetória de luta na família aproximou-me do MST, onde estive em visitas a acampamentos e encontros da organização que serviram de motivação para me vincular ao MST, em 1997, quando me juntei ao acampamento Novo Amanhecer em Ariqueemes. Tive meu irmão João Batista como grande parceiro e hoje somos assentados vizinhos. A partir daí, envolvi-me nas tarefas e cursos de formação de militantes, o que possibilitou-me ampliar os conhecimentos e conseqüentemente maior capacidade de contribuir com a organização, o que explica minha participação na Licenciatura em Educação do Campo.

A conquista das nossas terras pelo acampamento Novo Amanhecer aconteceu em 1999, após várias negociações junto ao Instituto de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), conquistamos uma área,¹⁰ parte da Fazenda Nova Vida, até então um símbolo da concentração de terras nessa região. É um local muito próximo do Assentamento 14 de Agosto, distante cerca de 5 km, o que fortaleceu ambas as lutas, pois seus militantes contribuíram muito para organizar o processo de assentamento das famílias do Novo Amanhecer. Em contrapartida, nós retribuímos em mutirões nas roças destes companheiros que na época, ainda não eram coletivas, mas contribuíram na reafirmação das relações de cooperação que se dá no MST.

Neste tempo, Luciomar já era casado com Maria Estélio¹¹ e tinham duas filhas, Ane Gabriela e Idania Maria, hoje integrantes do Coletivo e militantes do MST. Maria Estélio além de professora do assentamento, contribuía nas articulações do Coletivo de Educação do MST no estado. Por algumas ocasiões cheguei a repor algumas aulas em sua vacância, entendendo que a educação no MST é realizada também de forma cooperativa.

⁹ Para nós do MST a conquista da terra se dá no momento da ocupação, pois passamos a produzir nossa sobrevivência econômica, social e política partir dali.

¹⁰ Anteriormente fazia, mas nesse período estava desmembrada da mesma.

¹¹ Luciomar e Maria Estélio atualmente estão em outras atividades, contribuindo com a organização da agroecologia em outros assentamentos e grupos ligados à Comissão Pastoral da Terra.

Por acreditar na união dos trabalhadores como a única força capaz de “botar freios” à exploração capitalista, senti-me atraído a pesquisar esta experiência da feira, por construir um caminho que aproxima campo e cidade e ser uma estratégia de que anseia o MST, para a unificação da classe trabalhadora.

Tendo em vista meu envolvimento com o campo de pesquisa, sendo eu vizinho, parente, companheiro de luta e também um feirante, fiz a opção por realizar uma pesquisa participante (BRANDÃO, 2005, BRANDÃO; BORGES, 2007). Na pesquisa de campo, tive a oportunidade de conhecer o dia a dia do Coletivo mais de perto, ir à roça, almoçar junto, colher, participar da feira, entre outros momentos de convívio. Registrei relatos em um diário de campo e realizei entrevistas com pessoas do Grupo para melhor compreender suas ideias, suas práticas, suas relações com a comunidade onde desenvolvem a feira. Além da vivência no grupo, também entrevistei pessoas que frequentam a feira como clientes e como articuladores e integrantes da Comunidade São Benedito.

Outra parte da pesquisa se deu com o diálogo estabelecido com autores cujas obras dialogam com as experiências do Grupo Coletivo de forma direta ou indireta. A tese de Murilo Souza (2011), “Luta, Territorialização e Resistência Camponesa no Leste Rondoniense (1970-2010)”, aborda a luta pela terra em Rondônia a partir do MST. Sobre o 14 de Agosto, destacam-se a dissertação de Maria Estévia de Araújo (2016), “A Trajetória de Luta e as Experiências Agroecológicas do Assentamento “14 de Agosto” em Ariquemes – Rondônia”; a tese de Juliana da Silva Nobrega (2013), “A produção da vida como política no cotidiano: a união de terras, trabalho e panelas no ‘Grupo Coletivo 14 de Agosto’, em Rondônia”.

Para o embasamento teórico das discussões que ajudam a pensar sobre o 14 de Agosto, trouxe também outros autores que dialogam com a pedagogia de luta dessas famílias. (CALDART, 2001; FERNANDES 2000; STÉDILE 2012; VENDRAMINI, 2007) e outros contribuem com os elementos que compõem a pedagogia da luta do MST e a trajetória do movimento em seu contexto histórico. No âmbito da agroecologia destaco (ALTIERI, 2012; MACHADO; MACHADO FILHO, 2014; PRIMAVESI, 2008; LONDRES, 2011; SHIVA, 2003; VIEIRA, 2018). Todos discutem os princípios da agroecologia e os desafios que são encontrados para sua implantação.

Para esta reflexão, compartilho a proposta de Leny Sato, para quem a feira é compreendida como parte de processos organizativos (SATO, 2007, p. 96), em que a organização é entendida como “redes de relações sociais”. Como pontuou Leny Sato, “parte-se do pressuposto que tais processos encontram a sua racionalidade interna e singular nos métodos práticos, criados, apropriados e partilhados pelas pessoas envolvidas, fazendo das feiras livres,

no caso, realidades ‘organizadas’” (SATO, 2007, p. 96). Buscaremos mostrar aqui como os princípios que embasam as lutas dos movimentos sociais do campo estão presentes na relação estabelecida entre os feirantes do Coletivo 14 de Agosto e seus fregueses, tornando a feira da São Benedito um processo educativo, pautado pela organização do povo em torno das bandeiras de luta.

2 A MATRIZ AGRÍCOLA CAPITALISTA E SUAS IMPLICAÇÕES PARA A AGRICULTURA CAMPONESA

As práticas utilizadas pela agricultura convencional, denominada agronegócio, está comprometida aos interesses das multinacionais produtoras de sementes “melhoradas geneticamente” e de agroquímicos e com amplo respaldo das descobertas científicas submetidas ao interesse capitalista. Dessa forma, o capitalismo agrário se impõe com “requisitos de crueldade”, ameaçando as formas de vida das comunidades com o único objetivo do lucro sem medir consequências sociais e ambientais que produzem.

Assim, o capitalismo agrário em constante expansão, na busca por novos mercados, impôs seus imperativos da competição, acumulação, exploração e maximização do lucro, em todas as esferas da vida, nos seres humanos e na sua relação com a natureza (WOOD, *apud* VIEIRA, 2018, p.27).

O agronegócio passou a dominar o campo no Brasil a partir das últimas décadas do século XX, momento pelo qual houve uma aliança entre capital-tecnologia-indústria no campo para a produção de commodities voltadas para a exportação. Dentro desta perspectiva, as empresas multinacionais do setor agrícola passaram a dominar as tecnologias obtendo lucros exorbitantes, “os grandes grupos controlam hoje a produção de insumos, armazenamento, o beneficiamento e a venda” (LEITE; MEDEIROS, 2012, p. 81). Dessa forma, a obsessão do lucro uniu bancos e empresas multinacionais, encontrando nos grandes proprietários de terras um aliado para sua expansão.

Com a expansão do agronegócio, acentuou-se o uso do chamado pacote tecnológico para a agricultura, resumido na chamada Revolução Verde, que surgiu após a segunda guerra mundial com a propaganda de aumentar a produção e garantir comida para sanar a fome que aumentava em algumas regiões do planeta. Para tanto, era necessário produzir em larga escala, em grandes áreas de terras, uso de agrotóxicos e insumos, adotando uma série de procedimentos que envolviam tecnologias e iniciativas governamentais:

A Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas) (...) Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente (SANTILI, 2009, p. 25).

Os impactos não tardaram. As lavouras avançaram sobre biomas preservados, degradando terras, assoreando rios, envenenando as águas, pessoas, causando doenças e desequilibrando os ecossistemas. Além dos prejuízos sobre a natureza, as grandes lavouras avançaram sobre as pequenas propriedades expulsando os povos do campo. Enrique Leff faz a seguinte afirmação:

Os critérios produtivistas da Revolução Verde destruíram a complexidade ecossistêmica erodindo solos, gerando uma perda de fertilidade das terras [...] também provocaram doenças entre os produtores rurais pelo abuso de inseticidas, assim como a desnutrição e um aumento da pobreza no campo. (LEFF, 2009, p. 351).

A propaganda de produzir comida era apenas um engodo, pois a produção passou a girar em torno da soja e milho que são exportados em grande maioria para os Estados Unidos e Europa, mais usada para a produção de ração animal do que para a alimentação humana. Como Vandana Shiva alertou, a Revolução Verde trouxe consigo a expansão dos monocultivos:

Um estudo posterior sobre a Revolução Verde na agricultura mostrou que se tratava basicamente de uma forma para introduzir as monoculturas e acabar com a diversidade. Também estava ligado à introdução do controle centralizado da agricultura e à erosão da tomada de decisões descentralizada a respeito da organização das safras. A uniformidade e a centralização levaram à vulnerabilidade e ao colapso social (SHIVA, 2003, p. 16).

A forma capitalista de produzir estimulada pela Revolução Verde é altamente dependente da ciência e dos avanços tecnológicos. Nesse contexto, os saberes dos camponeses e dos povos tradicionais é desprezado e destruído pelo saber dominante. As formas alternativas de produzir são eliminadas, “apagando ou excluindo a realidade que elas tendem a representar” (SHIVA, 2003, p. 25). As monoculturas da agricultura provocam também monoculturas da mente, “ao fazer desaparecer o espaço das alternativas locais, de forma muito semelhante à das monoculturas das variedades de plantas importadas, que leva a substituição e destruição da diversidade local” (SHIVA, 2003, p. 25).

Se por um lado a aliança do capitalismo agrário tem se mostrado dominadora no campo, do outro, os movimentos sociais do campo têm entendido que a luta não é mais contra o latifúndio apenas, mas contra um modelo produtivo que destrói os saberes e o modo de vida dos camponeses. Os movimentos sociais do campo, vêm desenvolvendo e experimentando práticas de produção agroecológica que permite os circuitos curtos de comercialização direta aos consumidores das cidades, criando uma consciência ecológica, de consumo e novas relações entre campo e cidade, como é o caso das feiras agroecológicas por todo o país

3 A EXPANSÃO DO AGRONEGÓCIO EM RONDÔNIA

A agricultura do Estado de Rondônia era baseada na atividade de subsistência e produção diversificada, praticamente independente das tecnologias industriais até a década de 1980, com o avanço do agronegócio, vem sendo transformada gradativamente, desterritorializando os povos camponeses que seguem para outras fronteiras agrícolas em outros estados da Amazônia e no próprio estado. Claudinei é dirigente do MST/RO e explica:

Até os anos 90, em Rondônia, a agricultura camponesa de modo geral nos assentamentos elas estavam vinculadas a um processo de produção de subsistência. As famílias tinham por princípio básico a produção de comida, logo diversificada sem uso de veneno. [...] A reelaboração do capital na agricultura vai fazer com que as famílias de pequenos agricultores em Rondônia vão ser jogadas especialmente para a produção do leite. [...] Então, a própria agricultura camponesa vem sendo impactada com isso, como as famílias de pequenos agricultores foram empurradas com a monocultura, especialmente a do leite, aquela produção de subsistência praticamente desapareceu (Entrevista com Claudinei, 22/05/2019).

O agronegócio em Rondônia, segundo Ricardo Gilson Silva, avançou a partir de 1997, com a criação do canal hidroviário Madeira-Amazonas que serviu como meio de transporte dos grãos produzidos, baixando os custos, atraindo investidores do setor e impulsionando principalmente o cultivo da soja. Essa expansão transformou drasticamente o território no sul do estado, onde “a monocultura vai produzir uma tecnificação e uma cientificação da paisagem, e em poucos anos regionaliza o espaço no sul de Rondônia” (SILVA, 2014, p. 304).

As regiões onde havia pequenas parcelas de terra e grande quantia de camponeses foram transformadas em grandes fazendas para monocultura. Os camponeses foram forçados a migrarem para as cidades ou irem em busca de terras em regiões distantes. Apesar da grande expansão, “a soja só não avançou nas áreas de relevo suavemente ondulado, que ficaram restritas às atividades agrícolas e à pecuária leiteira desenvolvidas pelos camponeses” (SILVA,

2014, p. 307). Dessa forma, a região central do estado com solos geralmente ondulados, no qual encontra-se a maioria dos assentamentos do MST, predomina a agricultura camponesa.

4 A ORGANIZAÇÃO DA LUTA PELA TERRA EM RONDÔNIA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) surgiu em meados da década de 1980 tendo como lema principal a luta por terra, aglutinando trabalhadores do campo, despossuídos de terras para juntarem força na busca desse direito. As primeiras ocupações ocorreram no estado do Rio Grande do Sul, mas o marco fundador formal desta organização fora o 1º Encontro Nacional do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que foi realizado na cidade de Cascavel no estado do Paraná entre os dias 20 a 22 de janeiro de 1984, dando linhas de ação e expansão do MST. Articulando as definições do encontro, o MST foi tornando cada vez mais massivo e direcionando a luta direta contra o latifúndio e pressionando o estado a cumprir as metas da reforma agrária.

Desde então, a organização cresceu rapidamente e expandiu-se a outros estados da federação possibilitando uma articulação nacional pela reforma agrária. Visando uma sociedade “sem explorados e sem exploradores”, o MST expandiu suas pautas, forçando o estado a atender as metas dos acampados e assentados como a educação, saúde, moradia, produção e cultura, tornando estes sujeitos conhecedores dos seus direitos, encampados na luta por justiça. (CALDART, 2001; STÉDILE, 2012).

Nesse período, Rondônia passava por um grande projeto de colonização e os conflitos, envolviam “soldados, jagunços, pistoleiro, grileiros, colonos índios, latifundiários e posseiros” (ARAÚJO, 2016, p. 79). O cenário que se desenhava era da consolidação do latifúndio vendo que os interesses unificavam Estado, latifundiários, empresas agropecuárias e outros grupos de cunho econômicos. Muitos dos excluídos que arriscavam ocupar terras de maneira isolada perdiam suas vidas em confronto com pistoleiros e muitos que não encaravam essa arriscada tentativa foram forçados a buscar trabalho nas fazendas ou na cidade, em grande maioria no setor madeireiro. Essa conjuntura favorecia a luta organizada que propunha o MST, logo, as “correntes progressistas” da Igreja Católica em Rondônia que apoiavam os posseiros e grileiros abraçaram a luta que iniciara no Sul (SOUZA, 2011; ARAUJO, 2016; NOBREGA, 2013). As primeiras articulações para a formação do MST em Rondônia surgem com o apoio da corrente teológica da Teologia da Libertação, Pastoral da Juventude e Comissão Pastoral da Terra ligadas à igreja católica, de onde vieram grande parte dos primeiros militantes do MST no estado e continuaram por alguns anos recebendo apoio dos missionários da igreja, como

descreve Souza: “A Pastoral da Terra, no entanto, buscou, nesses primeiros anos, apoiar estes militantes para que fosse fortalecida a atuação do movimento no estado.” (SOUZA, 2011, p. 90).

As primeiras linhas políticas que definiram as ações do MST no estado de Rondônia foram estabelecidas no 1º Encontro Estadual realizado em 1988 na cidade de Vilhena. Desde então, “a luta pela terra incorpora uma dimensão de enfrentamento político contra o latifúndio, em favor da reforma agrária”, se constituindo como “um marco da politização da questão agrária em Rondônia” (NOBREGA, 2013, p.78). As articulações surtiram efeito e o MST continuou crescendo e desenvolvendo maiores habilidades nas ações concretas da luta. Não demorou muito para as primeiras conquistas. Juliana Nóbrega descreve os saldos do movimento:

A “primeira ocupação de terra oficial do MST” se deu em 1989, no município de Espigão D’Oeste, com o Acampamento 25 de Julho, na Fazenda Seringal. Em 1990, uma nova ocupação em Espigão D’Oeste deu origem ao Acampamento Migrantes, na Fazenda Lambari. Nesse mesmo ano, foi ocupada a Fazenda Adriana, em Corumbiara. Essas ocupações renderiam ao MST os assentamentos 25 de Julho (1990), em Espigão D’Oeste, Migrantes, em Ariquemes e o Adriana, em Corumbiara, respectivamente (NÓBREGA, 2013, p.79).

O maior reconhecimento da luta que desenvolvia organizada pelo MST no estado deu-se após as exitosas ocupações, abrindo caminho para ações mais ousadas, que tenderia a disputar terras mais próximas da cidade e do eixo da BR-364. Neste contexto, no período da década de 1990 surgem várias ocupações entre elas, Acampamento 14 de Agosto, Zumbi dos Palmares, Margarida Alves, Novo Amanhecer e Pe. Ezequiel Ramim.¹² Todas essas ocupações foram realizadas em um período de aproximadamente 10 anos, significando um potencial em organização política e conquistas sociais para trabalhadores e trabalhadoras Sem Terra desse estado. Algumas delas obtiveram resultados imediatos e outras levariam anos de disputa acirrada, como foi o Acampamento 14 de Agosto, que levaria 16 anos até a conquista definitiva da terra.

O Movimento Sem Terra crescia em todo o Brasil, e naquele período em Rondônia, potencializou-se um grande número de militantes que se deslocaram para contribuir com a organização da luta pela terra em outros estados. Era um momento de ascensão da luta dos trabalhadores e as jornadas de lutas organizadas pelo MST, unificavam milhares de Sem Terras, que partiam rumo as cidades com bandeiras, foices e facões, faziam marchas, passeatas e debates

¹² Assassinado por pistoleiros em 1985 em um conflito agrário na Fazenda Catuva, região de Cacoal Rondônia.

com a sociedade, divulgando a luta do MST e reivindicando as pautas de interesse dos trabalhadores.

O MST transformou a história do campesinato brasileiro em uma luta de possibilidades, de conquistas, que ultrapassam a luta por terra. O MST compreende que a luta por terra envolve outras questões sociais, avançando para uma luta política que envolve debates como educação, saúde, produção, cooperação. A tarefa de formação vem abrindo debates importantes, quanto as relações de gênero, a juventude, a mulher, grupos LGBTs, inaugurando nos movimentos sociais do campo a humanização de todas as pessoas. O MST, busca garantir o acesso à educação, saúde, propostas que viabilizem a cooperação agrícola e a produção de alimentos saudáveis sem destruir a terra, a água, o ar, a biodiversidade e sem exploração da mão de obra. Enfim, a trajetória dos Sem Terras carrega em sua história a resistência de um povo que ousam resistir lutando contra a ditadura do capital.

4.1 A história de luta e resistência do Assentamento 14 de Agosto

O Acampamento 14 de Agosto é uma das primeiras ocupações do MST no estado de Rondônia, “[...] encravada em uma das regiões mais representativas do latifúndio rondoniense, [...] próximo a fazenda Nova Vida, símbolo de violência contra camponeses do estado” (SOUZA, 2011, p. 276). Após as exitosas ocupações no sul do estado o MST decidiu como norma em suas ações ocupar as terras bem localizadas, próximas da BR-364 ou das cidades, “ou seja, terras onde os latifúndios já estavam estabelecidos”(NOBREGA, 2013, p. 79).

No 14 de Agosto, a intenção de estabelecer uma relação mais próxima com a cidade estava presente desde os tempos do acampamento. A própria escolha da área levou em conta este fator, como Leôncio contou em entrevista à Estéllia Araújo, apontando a necessidade de ser um lugar que tivesse condição de estabelecer “uma interação com a cidade. Também era uma visão de que a gente não poderia ficar ilhado, cercado pelo inimigo. Tinha que ser um espaço onde a sociedade também se aproximava” (LEÔNCIO *apud* ARAÚJO, 2016, p.107). Dessa forma, no mês de agosto de 1992, a fazenda São Sebastião de Shangrilá foi ocupada por um grupo de cerca de 180 famílias, oriundas de várias regiões do estado de Rondônia. Essa área de terra encontrava-se a 30 km da cidade de Jaru e à margem da BR-364 cumprindo o perfil exigido para as ocupações, como haviam decidido os dirigentes do MST no estado.

Naquele período de muitas ocupações de terra, uma das estratégias do movimento era trazer o contexto da luta mais próximo da sociedade, fazendo alianças como forma de divulgar

a luta dos Sem Terra e denunciar a apropriação desonesta do latifúndio em Rondônia. A Igreja Católica se constituiu em um aliado do MST, sob o bispado de Dom Antônio Possamai, que em sua jornada frente à Diocese de Ji-Paraná estimulou a formação de comunidades eclesiais de base orientadas pela Teologia da Libertação, fortalecendo as iniciativas e as lutas populares. O Acampamento 14 de Agosto contribuiu nessa articulação ao acolher a IV Romaria da Terra, “realizada no acampamento em 1994, levando milhares de romeiros até lá” (NOBREGA, 2013, p. 89). A realização deste grande evento inter-religioso em uma área de ocupação Sem Terra, “ocasionou a mudança de opinião de representantes de muitas comunidades [...] o que foi essencial para difundir a luta pela terra em Rondônia, que tinha até então uma imagem ofuscada”. (ARAÚJO, 2016, p.115)

Em entrevista à Maria Estélio de Araújo, José Aparecido, um dos organizadores da Romaria, considerou a atividade um marco na forma de celebrar da Igreja Católica e das formas de luta:

Quando começou a surgir a iniciativa do acampamento, a ocupação, logo após alguns anos, nós tivemos a realização da 4ª Romaria da Terra aqui, que pra mim foi um marco referencial de celebração e também de luta, por que a Romaria não é só um espaço de celebrar e de rezar, mais é um espaço de reivindicação um espaço de denúncia, porque nós já vivíamos num tempo desafiador da expulsão das famílias da terras, assim de uma maneira forçada mesmo, porque quem deixa sua terra e vai pra cidade, não é por livre espontânea vontade, é por força maior mesmo. [...] A Romaria é isso, pra que o povo se expresse a sua insatisfação com o sistema. Foi pra mim um aprendizado vendo a coragem daquelas famílias, que era no meio da mata [...] (JOSÉ APARECIDO, 2015 *apud* ARAÚJO, 2016, p.115).

A Romaria repercutiu de forma imediata sobre a condição das famílias acampadas, que receberam ajuda de vários cantos, em doações de alimentos e outras formas de apoio, transformando, na prática, a luta pela terra em uma causa que envolve campo e cidade, o que contribuiu para o avanço da luta pela terra naquele momento. Vinte e cinco anos depois, a experiência vivenciada pelos romeiros ainda ecoa, como me contou uma freguesa da feira:

Eu tive o primeiro contato [com o 14 de Agosto] na Romaria da Terra. Engraçado que as pessoas, tem uma visão distorcida disso. Tem pessoas que pega a terra, passa, vende e não se beneficia nada da terra. E graças a Deus, no 14 de Agosto é isso aqui: essas verdura, tudo que plantam lá, cultivam lá de uma maneira saudável e trazem... Isso sim, isso que é bom, isso que o Brasil precisa, dessa transparência e dessa honestidade também (ENTREVISTA COM FREGUESA, 24 de maio de 2019).

Este relato mostra como conhecer de perto a realidade dos Sem Terra ajudou esta pessoa a construir um novo olhar sobre a luta pela terra, que é refletido na confiança que expressa em relação aos alimentos que consome e na honestidade dessas famílias. Apesar das estratégias de resistência das famílias e as articulações com os aliados, o duro golpe do despejo foi inevitável,

a polícia agiu com violência brutal, sem sequer respeitar mulheres, idosos e crianças (NOBREGA, 2013, p. 86) cita trechos do jornal O Migrante de 1993, que denunciou os fatos:

O ato de despejo aconteceu com uma crueldade que há muito tempo não se via. Gritando, rindo, zombando, humilhando, espancaram crianças, homens e mulheres enquanto iam queimando os barracos. Foi um espetáculo trágico, onde violência e cinismo se deram as mãos e partiram para a devassa. Triste espetáculo! Por quê? Até quando? Vale registrar que os Sem Terra, de forma comunitária, já colheram no local 600 sacas de arroz, 200 de milho, além de batatas e outras hortaliças. Estão quase no ponto de colher 5 mil pés de mandioca, 2 mil pés de bananas [...] no acampamento também funcionava a escola para 48 crianças e 20 adultos. Tudo isso seria crime? Neste momento os trabalhadores estão acampados na frente do INCRA de Jaru, buscando a saída (O MIGRANTE, 1993).

O despejo não desanimou os acampados, que foram para a cidade de Jaru em frente ao INCRA (Instituto nacional de Colonização e Reforma Agrária), por mais de quarenta dias, em seguida saíram para ocupar outra fazenda da região, conforme havia combinado com o INCRA, seria uma estratégia de despistar a perseguição da polícia, sem sequer instalar-se na área combinada. Em um “golpe calculado” saíram na mesma noite rumo a reocupação da fazenda Shangrilá, como descreve Nobrega:

Durante a madrugada a coordenação acordou todos e pediu que desmontassem rapidamente seus barracos e subissem novamente nos caminhões, pois re-ocupariam a terra inicial. A essa altura, os policiais que faziam a proteção da área do fazendeiro já tinham ido embora e eles puderam montar seus barracos lá novamente, antes que o sol raiasse. Desde então, viveram em um clima tenso, sob constante ameaça de novas tentativas de despejos, nenhuma delas bem-sucedida. (NOBREGA, 2013, p.88).

A luta valeu a pena, a terra foi enfim conquistada conforme o desejo das famílias, depois de passar anos em barracos no acampamento, puderam sentir o gosto de ter seu lote de terra. Devido a um documento que desmembrava a fazenda em duas áreas, a demarcação saiu em dois processos de desapropriação, o primeiro processo saiu para 24 famílias que optaram pelos lotes tradicionais (formato quadrangular) e foram assentadas de imediato, sendo que as outras 19 famílias que viviam no acampamento só viriam a regularizar suas terras pelo INCRA treze anos depois. Mas sobremaneira, em 1996, fizeram a “autodemarcação” de suas terras, em um formato que aproxima as moradias, chamado de agrovila, que afirmam ser a primeira experiência do Brasil. É neste cenário, articulado inicialmente por estas famílias, que surgem as primeiras ideias de criar um grupo de trabalho coletivo.

4.2 A constituição do Grupo Coletivo 14 de Agosto

Os primeiros passos que deram origem ao grupo coletivo aconteceram no decorrer da luta pela terra, pois as relações no acampamento, a roça coletiva, a troca de dias de serviço são espaços educativos, são nossos espaços de formação de nós, Sem Terra. As famílias do 14 de Agosto aproveitaram bem este caminho percorrido, percebendo que na luta se aprende construindo o caminho.

As trajetórias vivenciadas pelos Sem Terra na experiência de acampamento e de assentamento influenciam na construção de estratégias de organização de vida e do trabalho, considerando que o processo vivido pelos trabalhadores organizados em torno do MST é em si educativo (VENDRAMINI, 2007, p. 130)

As famílias que desenvolvem as atividades do grupo são assentadas no 14 de Agosto, filhos de assentados e famílias que aderiram a vivência coletiva, em grande parte militantes do MPA que reconhecem na organização do coletivo uma estabilidade para a militância. Vale ressaltar que algumas famílias que iniciaram a experiência logo desistiram e outras que chegaram se firmaram no Grupo.

As primeiras experiências de trabalho coletivo partiram da necessidade de aproveitar a pastagem que abrangia alguns lotes e faziam roças em outras partes dos lotes. Os trabalhos eram coletivos, mas, neste período somente os homens participavam diretamente das atividades coletivas da roça, as mulheres desenvolviam as tarefas da casa e do quintal de forma individual, algumas famílias faziam o almoço de forma coletiva. Esse tempo de experiência levou o grupo a coletivizar as terras, a cozinha e o trabalho a partir de janeiro de 2004 (NOBREGA, 2013).

O Grupo iniciou com o propósito de não utilizarem agrotóxicos e adubos químicos, pois já tinham percebido a profundidade dos perigos causados, além de que, essa discussão de cuidado com a terra, as florestas, os animais já era uma discussão que vinha desde o acampamento. Os debates através da associação que ganhou o nome de Associação de Produtores Agroflorestais em Assentamento de Reforma Agrária, o nome dado à agrovila “Nova Floresta”, foram elementos que contribuíram para chegar a uma determinação de produzirem alimentos saudáveis sem a contaminação do ambiente e das pessoas envolvidas no processo produtivo e dependentes dos alimentos colhidos ali.

A ideia de seguir com os princípios da cooperação agrícola proposto pelo MST, os levou a coletivizar suas terras, animais e lavouras, pelos mesmos ideais. Constituíram uma cozinha coletiva onde preparavam (preparam) as refeições durante a semana, com revezamento

de mulheres adultas. Hoje com o avanço da compreensão sobre o trabalho doméstico, revezam duplas de mulheres e homens jovens e adultos.

As famílias reunidas seguem as pautas de lutas do MST, e buscam desde o início garantir a militância, as jornadas de lutas, garantir a produção camponesa voltada para o auto sustento e preservação da cultura camponesa em um modelo contrário ao sistema produtivo do capital. Leomi Camilo é jovem integrante do Grupo e militante do MPA, formou-se em história recentemente e descreve com propriedade em seu artigo:

Propor-se a trabalhar e viver em coletivo é uma forma de contrapor-se diretamente ao sistema capitalista e, do mesmo modo, afirmar o campesinato como saída que proporciona uma nova vivência no âmbito do companheirismo, do socialismo, da coletividade dos meios de produção, desde a terra, a ferramentas, alimentação, relações humanas, pela qual se garanta uma produção agroecológica viabilizada pela participação de todos, desde crianças, jovens e adultos (CAMILO, 2018, p. 7).

A vivencia coletiva iniciada em 2004, já insere nas tarefas do grupo jovens que neste período eram crianças e uma terceira geração (as crianças), já é uma realidade presente. Esses jovens desenvolvem as tarefas diárias do grupo coletivo e da militância com muita naturalidade e de forma espontânea, como se o extraordinário fosse viver fora deste contexto do grupo e da luta.

A gente cresceu sabendo que precisamos assumir as tarefas desde a escolinha, no grupo a gente se desafia a assumir uma tarefa da coordenação, que é simples né? [...] isso também forma a gente como militante e como ser humano também. A gente encontra aqui no grupo essa estabilidade, quando a gente vai sair [...] tem alguém que assume a roça e as outras atividades, não ficamos presos nas questões econômicas digamos assim (Entrevista com IDANIA, 01/03/2019).

Atualmente o Grupo segue com o trabalho coletivo, uma produção de alimentos saudáveis, diversificados e comercializando diretamente com os consumidores através das feiras livres e programas de entrega de alimentos do governo federal. Essa estrutura tem garantido o autosustento e autonomia das famílias, garantindo as práticas camponesas, respeitando a terra, a água e os seres que nela vive. No entanto, encontraram na agroecologia uma aliada para a vivencia e resistência da cultura camponesa.

5 A AGROECOLOGIA COMO PROPOSTA PARA A AGRICULTURA CAMPONESA

Apesar da agroecologia apresentar-se como uma nova construção científica que vem produzindo de forma harmônica com a natureza, ela está completamente enraizada aos saberes tradicionais dos povos originários de diversas partes do mundo e pelos camponeses (ALTIERI, 2012; LEFF, 2009; PRIMAVESI, 2008; WANDERLEY, 2010, SHIVA 2003). Estes povos praticam milenarmente suas técnicas de produzir respeitando o ciclo da natureza, cultivando diversidades de plantas e reproduzindo os saberes tradicionais e tem direcionado suas lutas em defesa da sua cultura, do direito de cultivar a terra, guardar suas sementes, produzir seus alimentos e promover uma educação para as próximas gerações que esteja pautada para o bem da humanidade, numa relação justa entre os povos e respeitando os limites da natureza (ALTIERI, 2012). Longe da visão dominante que percebe no campesinato o atraso, algo a ser superado, estas coletividades são dotadas de saberes que podem contribuir para a inovação, diante do atual quadro de colapso ambiental provocado pelo modo capitalista de produção.

Isto significa concretamente: por um lado, o reconhecimento de que esta forma de agricultura é portadora de uma grande capacidade de construção de territórios diversificados e dinâmicos e de inovação nos campos tecnológico, organizacional e cultural; por outro lado, o apoio às demandas de acesso ou retorno à terra, através dos programas de reforma agrária, cujas consequências são imediatas, na valorização das terras antes improdutivas e na revitalização da vida social nos espaços rurais” (WANDERLEY, 2010, p. 38).

O debate em torno da agroecologia vem ganhando notoriedade na sociedade. As práticas agroecológicas vêm sendo vivenciadas com intensidade nos territórios camponeses com forte atuação e influência dos movimentos sociais do campo. Estes coletivos compreendem a agroecologia como uma ferramenta da luta de classe e caminha na contramão dos interesses do capital para o campo, “incorporando às suas lutas pela terra e democracia novas demandas de reapropriação da natureza, da cultura e do processo produtivo” (LEFF, 2009. p. 348). Leôncio, um dos integrantes do Coletivo, me apresentou uma perspectiva camponesa sobre a agroecologia:

Eu sou meio da opinião que muita gente acha que o capitalismo não é capaz de produzir a agroecologia. Se for usar o nosso conceito de agroecologia, o capitalismo não é capaz, mas, o capitalismo é capaz de produzir comida limpa para ganhar dinheiro. O orgânico, por exemplo, a gente fala que não é agroecologia, mas eles tomam o conceito e não usam o termo agroecologia ainda porque não interessaram. Eles podem afirmar o orgânico e não tem como desmistificar isso na sociedade. Então, eu acho que a agroecologia ela faz parte da luta socialista. É um jeito de diferenciar o modelo, mas o dia que o capitalismo quiser mudar o modelo eles mudam, eles podem

produzir comida limpa, mas, vão explorar mão de obra e escravizar mão de obra. Hoje eles não interessam. (Entrevista com LEÔNCIO, 5/04/2019)

Diante dos problemas causados pelo agronegócio, a agroecologia desenvolvida pelos camponeses, tem-se mostrado como a única alternativa de produção de alimentos capaz de abastecer a mesa de toda a sociedade e respeitar os limites da natureza. Para se efetuar esta prática de agricultura é necessário construir um novo projeto de sociedade, no qual, não há espaço para as pretensões capitalista. Nesta perspectiva, aponta Vieira:

A reconstrução ecológica da agricultura, no quadro de uma sociedade de classes, na qual impera a força das relações de produção e dominação burguesas sob as quais o campesinato está submetido, é uma luta revolucionária, pois implica a objetivação de agroecossistemas sustentáveis com base na agroecologia, para que os camponeses possam produzir alimentos saudáveis para toda a sociedade, com elevada qualidade biológica e livre de insumos, tecnologias e formas de trabalho que degradam o ser humano e a natureza. Por isso, sua luta se coloca como uma luta internacional, da classe trabalhadora, na medida em que tem a dimensão ecológica da vida associada à luta pela emancipação humana (VIEIRA, 2018, p.102).

A agroecologia vem sendo vivenciada por famílias camponesas em Rondônia em vários pontos do estado e apresenta uma nova perspectiva para os pequenos agricultores permanecerem no campo já que aumenta a segurança alimentar de quem produz e de quem está perto, diminui a dependência do mercado e produz alimentos com uma demanda grande de mercado e ainda em expansão. O Grupo Coletivo vem mostrando um jeito próprio de desenvolver a agroecologia e suas formas de convivência, para um projeto de sociedade em que prioriza a formação humana. Isabel destaca:

pra nós, é tentar construir a partir do nosso olhar como é que você faz a agroecologia combinando todos esses fatores do social, do político, da sobrevivência, do projeto de sociedade que você quer construir, [...] isso que tem um diferencial muito grande de valores que não tem dinheiro que paga, como você cria uma criança nesse espaço, de como os jovens crescem de maneiras diferentes nesse espaço, então precisamos expor essa concepção (Entrevista com ISABEL, 21/05/2019).

Geralmente os demais camponeses não percebem essas dimensões observadas por Isabel, mas veem na agroecologia uma saída para resolver os problemas de como produzir sem criar danos a natureza e a saúde, produzindo alimentos diversificados e saudáveis, sendo assim, uma forma de romper com a dependência dos agroquímicos.

5.1 A importância das feiras agroecológicas e seu alastramento no Brasil

As feiras da agricultura familiar, vem ganhando espaço nas cidades, instigada pelos produtores que veem nas feiras uma saída para romper com o atravessador e uma “ponte” direta ao consumidor, com destaque para as feiras agroecológicas, por trazer alimentos livres de contaminações, produzidos com respeito ao ambiente e por não oferecer riscos à saúde do consumidor.

A Feira Nacional da Reforma Agrária, que acontece na cidade de São Paulo, organizada pelo MST, é o maior evento de oferta dos produtos produzidos pelos assentados da reforma agrária, apresentou em sua 1ª edição 66 toneladas de alimentos e um salto para 235 toneladas na 3ª edição. Rondônia vem participando dessas feiras, Givanildo é militante assentado no Assentamento Palmares no município de Nova União, afirma ser um feirante entusiasta, participou das três feiras e fala da sua experiência:

É gente demais e tem um público muito grande que tem uma aceitação, uma admiração e sempre dizem, você tem que voltar mais vezes. Nós fomos pros espaços de palestras, oficinas e as pessoas querem saber como está o MST aqui no estado, como lida com os indígenas[...] nós recebemos muitos questionamentos do porque nós não voltava mais vezes (Entrevista com GIVANILDO, 18/06/2019).

A feira tem articulado grande parte da sociedade para debater a pauta que envolve a luta dos Sem Terras e a reforma agrária, compreendendo que as formas de produzir da agricultura camponesa, estão sob constante ameaça do agronegócio. Portanto, a feira não surgiu com o objetivo de ganhar dinheiro com os produtos vendidos, mas sim divulgar os alimentos produzidos nos nossos assentamentos e denunciar os riscos oferecidos pelo modo de produção capitalista, impulsionando este debate com a sociedade. A feira da reforma agrária acontece após a feira do agronegócio em São Paulo e tem afirmado esse debate, como observou Givanildo:

O espaço da feira, é onde acontece a grande feira do agronegócio em São Paulo, eles forram o chão com capim pro boi deitá, aí de repente vai alguém, varre aquilo tudo e bota a banca dos Sem Terra e a gente vai vender produto pras pessoas. Onde as pessoas passa e dão milhões num boi, passado um tempo depois vem ums Sem Terra e vende ali um quilo de abóbora por um real, porque é meu, aqui não tem atravessador. Então assim ficou muito forte isso, ficou muito presente (Entrevista com GIVANILDO, 18/06/2019).

O campo das ideias, da opinião pública vem sendo o auge da disputa entre agricultura camponesa e agronegócio e o crescimento das organizações ambientais tem contribuído com a

organização dos camponeses. Para tanto, a Articulação Nacional da Agroecologia (ANA), tem reunido os movimentos sociais, redes de agroecologia e entidades civil na construção de uma nova “base” produtiva e novos e solidários mecanismos de comercialização.

Cada vez mais comuns, as feiras agroecológicas ou feiras orgânicas, como são popularmente mais conhecidas em algumas localidades, são uma releitura das feiras livres convencionais. As principais diferenças estão no fato de que nas feiras agroecológicas os produtos comercializados são produzidos sem agrotóxicos e insumos químicos e que são as próprias famílias agricultoras que comercializam sua produção. (FANTUZZI, s.p).

Neste contexto, as feiras agroecológicas ganharam contornos importantes e tem repercutido na sociedade por trazerem mais elementos que envolve o dia a dia das pessoas, referente à alimentação e saúde, o cuidado com a natureza e por ser de base camponesa e familiar. As feiras se diferenciam do mercado convencional tanto pela qualidade dos produtos oferecidos, pela variedade, pois foge do padrão imposto pela matriz de produção capitalista, pelos preços acessíveis.

Ao comprar direto do produtor, o consumidor desvia-se dos altos preços dos alimentos que são oferecidos pela cadeia de produção e comercialização capitalista. Além disso, as feiras são espaços de conhecimento, troca de saberes “construindo, questionando e repondo continuamente as regras, os valores e a cultura. [...] baseia-se na troca de ideias, de pontos de vista, de argumentos e de experiências” (SATO, 2012, p. 137). Onde o consumidor passa a ter uma relação de proximidade com quem produz, passa a ter ideia de como é produzido e conseqüentemente valoriza a agricultura e por muitas ocasiões passam a defender a Reforma Agrária (OLIVEIRA, 2012).

Uma das maiores e mais importantes feiras do estado de Rondônia é realizada na Festa Camponesa que representa um espaço de divulgação das experiências camponesas, apresentações culturais, músicas, exposição e troca de experiências e sementes. Nesta festa é servido o tradicional café camponês, onde a população tem acesso a alimentos produzidos e preparados pelas famílias camponesas. Mais que uma festa, podemos dizer que, trata-se de uma ação política, pois, estas experiências são relevantes para a afirmação do campesinato em Rondônia e denúncia ao latifúndio. A festa também é um espaço político que mostra para a população a diversidade de alimentos que os camponeses produzem e ao mesmo tempo denunciarmos os malefícios da monocultura que agride o ambiente e aumenta a exclusão social e expulsão dos camponeses de suas terras.

As feiras agroecológicas, vem aumentando a demanda de clientes que buscam por alimentos livres de agrotóxicos e é aí que entra a importância da conscientização destes

consumidores. É um espaço político e pedagógico consolidado, precisa expandi-lo, ocupar as periferias das cidades, as universidades, as escolas, as igrejas, a fim de torná-las realmente popular e capaz de difundir a importância do debate ecológico

6 A FEIRA AGROECOLÓGICA DA SÃO BENEDITO

A feira agroecológica nasceu de um esforço do Grupo 14 de Agosto de criar novas formas de comercialização de seus produtos. Em seu trabalho, Araújo, destaca que o modo de comercialização da produção do Grupo passou por diversas etapas, desde o mercado convencional, às feiras livres e à entrega direta aos consumidores:

A ruptura com os mercados locais representou para nós uma relativa autonomia, pois recusávamos a ideia de ficar sujeito aos preços estabelecidos pelos proprietários dos supermercados do município [...] Sabíamos da importância dos nossos produtos, da nossa forma de produzir e principalmente de valorizar o nosso trabalho. A opção da feira e da entrega direta nos permite dialogar com os nossos clientes, mostrar o quanto é relevante a produção sem agrotóxicos e dar visibilidade à Reforma Agrária (ARAÚJO, 2016, p. 202)

O “problema do mercado” era uma preocupação antiga do 14 de Agosto. Em entrevista, ao me explicar como surgiu a feira agroecológica, Izabel lembrou que o grupo “já vinha debatendo desde o período de acampamento essa relação direta com o consumidor, que é pra você bloquear o processo do atravessador e ir direto ao consumidor”. Em sua pesquisa de campo, Nobrega, observou como o tema da comercialização era algo presente no cotidiano do Grupo, que naquela época já sinalizava a intenção de construir mecanismos de venda direta, tendo inclusive conversado com alguns dos membros do grupo sobre a experiência da Associação das Mulheres Agroecológicas (AMA), de um assentamento de Mogi Mirim, que a ITCP UNICAMP da qual ela acompanhava durante sua pesquisa de mestrado.

Sem muita demora, o Coletivo logo organizou um grupo constituído de trinta famílias moradoras de Jarú, vinculadas à ONG EPA, que já era parceira dos assentados. Num primeiro momento, as entregas semanais eram feitas no carro do Luciomar, na sede da EPA, onde as famílias buscavam suas cestas. Para avançar no relacionamento com este grupo de famílias, o Coletivo organizou uma atividade para que passassem o domingo no assentamento, para conhecer melhor como produziam e também pudessem avaliar a entrega das cestas e construir, de forma coletiva, avanços nesta cooperação. Isabel explica:

Quando começamos fazer a feira, nós proporcionamos um domingo inteiro com atividades com um grupo de famílias que seriam nossos consumidores iniciais, que

eram pessoas que a gente já conhecia, tinha uma relação, foi umas 25 pessoas que passaram o dia pra conhecer a roça, conhecer a horta, como era o esquema de produção nossa, a nossa água, como era a nossa convivência, a nossa relação com a natureza e o tipo de produção que a gente fazia, então esse povo foi a base inicial da nossa feira. (Entrevista com ISABEL, 21/05/2019).

Um dos integrantes da EPA, me explicou o ponto de vista da ONG e também dos fregueses que se envolveram nesta iniciativa:

A gente conheceu o movimento, o assentamento através da ONG aqui em Jaru, que a gente criou, a EPA [...] através da ONG, viemos a conhecer o pessoal do 14 de agosto e passamos a visitar, passamos a adquirir os produtos através de cestas, tudo foi através da EPA no caso, aí ali conseguimos fazer um elo de consumidores destes produtos produzidos no modelo do projeto lá e através de umas cestas já montadas. Depois a gente foi mudando o modelo e foi se adaptando o que era melhor para os dois lados, pro consumidor e pro produtor e chegou neste modelo que a gente continua apoiando até hoje né? Pela importância, pela necessidade de consumir do nosso lado alimentos saudáveis, alimentos limpos de agrotóxico e do outro lado de incentivar um modelo de produção que também tem um viés político, econômico na ideia de ajudar a população a entender e conhecer e a consumir produtos de qualidade e que não prejudique a saúde, mas que ajude na alimentação realmente (entrevista, 24/05/2019).

Com o passar do tempo, as visitas tornaram-se frequentes e avançaram para uma espécie de intercâmbio, na qual a juventude do Coletivo tem tido papel preponderante. As visitas tornaram-se um espaço de articulação, no qual, os jovens da cidade veem a realidade da vida no campo. Camilo, um dos jovens do 14, conta como são esses momentos:

A juventude da comunidade também já veio aqui várias vezes para estar conhecendo e apresentando o que é a vida no campo. Essa geração anos 2000 às vezes nem tem ideia, apesar de morar numa cidadezinha e não entender como é viver no campo ali no seu cotidiano. Trouxemos eles aqui, conversaram, tocaram violão com a nossa juventude que é camponesa, que anda meio mundo e que tem um leque de experiências aí e que pode estar compartilhando. E já fomos lá também conversar com eles, com a Pastoral da Juventude. Criamos uma relação que a partir da feira vai ampliando e abrindo outros espaços. (Entrevista com CAMILO, 21/05/ 2019).

Essas trocas ajudam a revelar o que é a vida num assentamento, o significado da luta dos Sem Terras, que a mídia insiste em perseguir e abrindo caminho para a inserção das atividades de lutas, os jovens da comunidade. Essa aliança também atrai visitas de pessoas das cidades que procuram conhecer as experiências desenvolvidas pelas famílias no Grupo.

Desde 2011, a Feira Agroecológica de Jaru vem acontecendo de maneira regular, consolidando clientela e também estimulando novas práticas de consumo e também de posicionamento político.

6.1 Uma relação de confiança

A feira da São Benedito acontece no fim das tardes das sextas-feiras, em um barracão da igreja, onde famílias do assentamento 14 de Agosto se juntam ao Grupo para comercializarem seus produtos. Os preparativos para a feira acontecem no decorrer da semana como a colheita de bananas, arrancar inhame, fazer a farinha de mandioca, o pó de babaçu, o chocolate e outros produtos, deixando para o dia da feira somente os produtos que perecem rápido como as verduras, palmito, mandioca etc.

Como as atividades diárias do Grupo já são bem definidas, cada setor de trabalho organiza as suas produções e os responsáveis para o dia de feira varia de acordo a escala rotativa ou disponibilidade do momento.

A feira oferece uma farta variedade da produção camponesa, desde farinha de mandioca, mandioca, bananas e hortaliças, até cultivares pouco encontrados no mercado das cidades, como o feijão guandu, ervas medicinais e aromatizantes, diferentes variedades de cará, açafraão, gengibre, pó de babaçu, taioba, serralha e outros, além do chocolate artesanal, tudo isso produzido sem veneno e ofertado a preço justo. Esses produtos representam mais que garantir um produto alternativo aos clientes da feira, Sato, 2007. A sua importância é destacada pelo fato de serem plantas rústicas, resistente às pragas, adaptada à produção agroflorestal, ricas em nutrientes e muito utilizadas na alimentação das famílias do Grupo, garantindo o auto sustento, sendo assim, um incentivo para investir na diversidade produtiva. De acordo com Izabel, a forma convencional de comercialização era limite para a opção pela produção agroecológica que o Grupo adotou:

A motivação foi a produção diversificada, e, por ser diversificada, não é uma produção em larga escala, então a gente se deparava com o problema do mercado e isso é o que nos levou a fazer a opção por organizar a feira. Um outro elemento é muita coisa que a gente tem na propriedade que na feira você põe pra venda, mais em larga escala você perde. É essas miudezas que você tem em torno das casas, nos quintais. Então é esse processo de aproveitar tudo o que a gente tem. Quando você começa a estudar e a refletir sobre o processo da agroecologia, você também vai entender que pra dar conta da sua produção agroecológica, a feira livre e os espaços livres de venda direta ao consumidor são o espaço mais apropriado para absorver a produção [...] tipo a diversidade de alimentos, que não se encontra no mercado convencional e na feira conseguimos expor diversidades tais como por exemplo as ervas frescas, o gengibre, o açafraão em tubérculos, os diversos tipos de bananas, de carás, entre outros [...] e isso dialoga com a qualidade de vida, com a questão da alimentação diversificada e de qualidade. Onde também você faz um processo de diálogo direto com o consumidor, onde muitas vezes termina ensinando o consumidor a forma de consumir aquele determinado alimento (Entrevista com ISABEL, 21/05/2019).

No caso das famílias do grupo coletivo, a produção é diversificada e pensada para a subsistência das famílias, (autoconsumo) e o excedente é comercializado de forma direta ao consumidor em feiras nas cidades, com preços justo e acessíveis a população mais carente quebrando o ciclo de exploração que é colocada entre produtor e consumidor. Neste processo, o Coletivo está também educando seus fregueses, a romper “a monocultura da mente” (SHIVA, 2003), e da produção, na medida em que oferece a possibilidade de diversificar o paladar e o cardápio. Mais ainda, o Grupo, têm estimulado a mudança nos hábitos alimentares, fomentando uma cultura alimentar esquecida, que fazia uso de alimentos “rústicos”, “crioulos”, e que vem sendo sufocada pelo consumo de alimentos ultra processados. Muitos percebem o seu consumo como uma prática de cuidado com a saúde, como destaca a freguesa Teresinha:

Eu venho nesta feira pelo fato dos alimentos não ter agrotóxicos, para a saúde da gente é fundamental, hoje em dia você vai ao supermercado não sabe que tipo de alimento está consumindo, se tem agrotóxicos ou não, porque não é falado. Então, aqui [...] são alimentos sem nenhum agrotóxico, por isso que eu venho comprar. (TERESINHA, 2015 *apud* ARAÚJO, 2016, p. 204).

A estratégia de aproximação com seus fregueses, por meio das visitas ao Assentamento e da explicação permanente sobre o processo de produção tem funcionado como uma espécie de certificação popular das feiras, como pontou Araújo:

Além de consumidores, as pessoas que recebem nossos produtos, apoiam a Reforma Agrária, conhecem o assentamento e o processo produtivo e dessa forma certificam e divulgam o trabalho, realizando visitas para que outras pessoas conheçam a experiência. As visitas e intercâmbios nesta perspectiva substituem os serviços de auditorias das certificadoras, garantem os principais elementos em que os sistemas de garantia se fundamentam que é a confiança, a participação, a descentralização, a formação de redes, a transparência e a pedagogia (ARAÚJO, 2016, p. 202).

Apesar da grande procura pelos produtos livres de agrotóxicos podemos constatar que há sobras de alguns produtos e carência de outros, causando um desequilíbrio na oferta e procura. Há espaço para mais produtores somarem a feira, como também demanda desses produtos como afirma uma freguesa em seu depoimento:

Eu espero a expansão. Como faço propaganda, algumas pessoas me falam: “Ah, a gente vai lá e é pouquinho”. Aí eu falo: “Gente, é pouco mas é bom. E é sem agrotóxico. Pra todos nós jaruenses ter alimentação saudável nas nossas mesas”. Ainda acho que a propaganda, se investirem nos grupos de vendas, acho que a demanda aqui vai ser muita, acho que vocês nem vai dar conta. (Entrevista, 24/05/2019).

Os produtos que são vendidos na feira não atendem toda a demanda dos consumidores e ainda constatamos a carência de uma maior diversidade dos produtos que poderiam atrair um

público maior de consumidores. Diante disso, é possível perceber que a feira representa um amplo espaço de articulação dos camponeses com a cidade e o Grupo Coletivo conseguiu entendê-la como um espaço político, buscando aproximar a luta pela reforma agrária, pela agroecologia e a resistência camponesa para um amplo debate social.

6.2 A Feira como tarefa política

Isabel, ao explicar as motivações para a realização da feira, apresentou tanto a demanda econômica do Grupo, como a necessidade de desempenhar um papel político, especialmente em torno da causa da Reforma Agrária:

Então desse ponto de vista tem tido um equilíbrio entre o ato de vender para resolver o nosso problema financeiro, mas ele cumpre também com a tarefa social, com a tarefa política, que é de dizer que a reforma agrária ela é importante, que a reforma agrária dá certo, que o campo precisa existir, que precisa de apoio, que o campesinato tem um apoio importante na sociedade, então tudo isso tem um espaço aberto importante e a comunidade onde realizamos a feira tem uma capacidade incrível de absorver. (Entrevista com ISABEL, 21/05/2019).

A feira é vista como um “espaço aberto” para a construção do apoio à luta camponesa e também às lutas mais gerais que interessam ao campo popular, muitas vezes conduzidas pelos movimentos sociais do campo. As referências criadas pela feira, vem criando uma aliança com os clientes e com isso, tem contribuído para uma aproximação entre as lideranças da igreja em Jaru, os dirigentes do MST e MPA, criando um espaço de alianças entre trabalhadores do campo e cidade para debaterem atividades direcionada pela pauta de lutas em defesa dos trabalhadores. É o caso da Campanha Permanente contra os Agrotóxicos, o Congresso do Povo, as lutas contra o Golpe de 2016 e as diversas lutas populares que se seguiram desde então, como o enfrentamento à Reforma da Previdência, a defesa da Educação Pública. Debates, assembleias e reuniões acontecem frequentemente criando novos espaços de articulação da luta, como fica bem exemplificado na mobilização em torno do Congresso do Povo:

Se criou, a partir dessa articulação da feira e da comunidade, do Congresso do Povo, se ampliou um diálogo muito bom com o SINTERO de Jaru. O pessoal se somou no Congresso. Nos conheceram a partir do pessoal da comunidade e chegaram para conversar. Teve o contato com a gente e aí prestou apoio, foi para as mobilizações contra a Reforma da Previdência. Mobilizou e inclusive depois fizeram até debate aqui no assentamento (Entrevista com CAMILO, 21/05/2019).

As relações que vem sendo alimentadas através da feira, literalmente, tem fortalecido para a construção de articulações políticas enraizadas, ampliando o alcance dos debates e das lutas

promovidas pelos movimentos sociais do campo. Seus fregueses se tornam multiplicadores, através da confiança conquistada, mas ainda incapaz de sentir a mística que move a esperança de transformação de um Sem Terra do MST. É essa transformação da consciência que precisa ser lapidada pela militância, é um passo a ser construído nos espaços pedagógicos construídos com a sociedade à partir das feiras, “a Pedagogia do Movimento *põe em movimento a própria pedagogia*, mobilizando e incorporando em sua dinâmica diversas e combinadas *matrizes pedagógicas*.” (CALDART, 2001, p. 12). O caminho vem sendo construído, compreendendo que a educação do campo e a agroecologia dialogam entre si e apresentam-se como ferramentas importantes para a luta dos Sem Terras.

É preciso compreender que a educação do campo não emerge no vazio e nem é iniciativa das políticas públicas, mas emerge de um movimento social, da mobilização dos trabalhadores do campo, da luta social. É fruto da organização coletiva dos trabalhadores diante do desemprego, da precarização do trabalho e da ausência de condições materiais de sobrevivência para todos (VENDRAMINI, 2007, p.123).

As feiras agroecológicas, são sementes plantadas, que aos poucos vai politizando as pessoas da necessidade de lutar por justiça, praticar a solidariedade, combater o individualismo, oportunizando as pessoas a conhecerem a realidade e se reconhecerem como sujeitos, capaz de transformar a realidade que lhes fora imposta. Isabel ressalta que o grupo coletivo vem proporcionando uma nova relação de vivência, “para a construção de seres humanos melhores, que é aquilo que a sociedade precisa e muitas vezes isso não e muito olhado”. Dessa forma, o Grupo Coletivo vem afirmando que o objetivo constante da luta, é pela qualidade de vida e por um modelo da inserção social e da construção do modelo de campo que atenda os interesses dos camponeses.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A ideia de analisar a feira agroecológica partiu do fato de ser um espaço social e político que chama a atenção por envolver práticas produtivas, econômicas e culturais que são determinantes na relação campo e cidade. A pesquisa buscou entender esse espaço para além da luta no campo, trazendo uma abordagem de articulação política com a cidade, além de divulgar as práticas produtivas que respeita a vida e o equilíbrio do ambiente.

Os antecedentes da feira agroecológica, teve por objetivo refletir sobre como o esforço de forjar laços de aliança entre campo e cidade, unindo diferentes setores em apoio à luta do “14 de Agosto” é uma estratégia de longo prazo e que nos últimos anos vem se consolidando

por meio da feira, entre outros aspectos. A feira representa um espaço de relações culturais, de troca de conhecimento, de ideias e ideais que carrega cada sujeito, portanto, pode-se considerar um espaço pedagógico, um espaço político capaz de construir uma outra filosofia de vida, que não esteja carregada da crueldade capitalista.

As experiências agroecológicas das famílias do Coletivo 14 de Agosto são uma forma de resistência camponesa, pois neste território, a ação destas famílias camponesas, vem se constituindo como um marco de resistência. O processo de transição para a agroecologia, que é o que vivenciam, é também a luta por um novo modelo produtivo e que propõe avançar as fronteiras dos assentamentos e contrapor ao pacote tecnológico do capital agrário e em defesa da biodiversidade.

Assim sendo, podemos concluir que o Grupo 14 de Agosto, vem contribuindo para novas relações produtivas, estabelecendo um vínculo para além da comercialização convencional, mas uma ligação estreita com os consumidores permitindo o avanço das discussões políticas, sociais e culturais através da promoção dos debates, encontros e manifestações conjuntas em defesa da vida.

Este breve relato sobre as feiras agroecológicas, com destaque a Feira da São Benedito, dá ênfase a articulação política que giram em torno deste cenário da feira, deixando um espaço que proporciona novas análises, compreendendo que as dinâmicas ambiental, social e política estão em um processo contínuo de transformação, trazendo nova compreensão para o público envolvido.

BETWEEN FIELD AND CITY:

the construction of a political space from the São Benedito Agroecological Fair

ABSTRACT

This article discusses the social relations and political potential of the São Benedito Agroecological Fair, an agroecological fair held by the 14 de Agosto Collective Group in the municipality of Jarú, in central Rondônia. The Group is made up of a group of families linked to the Landless Rural Workers Movement (MST) and the Small Farmers Movement (MPA) and collectively self-organized in the 14th August Settlement. The fair has built and consolidated a direct relationship between producers and consumers that goes beyond the simple economic bond, focusing on the essence of sociability, knowledge exchange, culture and conscious consumption, strengthens the importance of the peasantry for society. The research aimed to discuss how the Jarú Agroecological Fair has contributed to a scenario of political articulations, the fruit of the intentionality of the peasant struggle and the Collective Group in bringing the countryside and the city closer together. To this end, the research obtained the qualitative method with participant research approach, which to define the analysis, interviews were conducted with members of the collective, fair customers and MST leaders,

observations and dialogues, recorded in a field diary. In this context, for the São Benedito Fair to be understood as a political space that proposes to articulate the resistance of the peasants, it is necessary to constantly articulate agroecological production, peasant culture and healthy and diversified food as a way of guaranteeing their culture peoples.

Keywords: Peasant Fairs. Agroecology. Land reform. Social movements.

REFERÊNCIAS

ALTIERI, Miguel. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura Sustentável**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular; Rio de Janeiro AS-PTA, 2012.

ARAÚJO, M. E. **A trajetória de luta e as experiências agroecológicas do assentamento 14 de Agosto em Ariquemes Rondônia**. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho. São Paulo, 2016

BRANDÃO, Carlos Rodrigues, BORGES, Maristela Correa. **A pesquisa participante: um momento da educação popular**. Rev. Ed. Popular, Uberlândia, v. 6, p.51-62. jan./dez. 2007.
BRANDÃO, C. R. (2005). **Pesquisa participante**. Em A. L. Ferraro Jr. (Org.). *Encontros e caminhos: formação de educadoras(es) ambientais e coletivos educadores* (pp. 257-266). Brasília: MMA.

CALDART, Roseli Salette. (2001), “O MST e a Formação dos Sem Terra: O Movimento Social como Princípio Educativo”. *Estudos Avançados*, vol. 15, no 43, pp. 207-224

CAMILO, Leomi do carmo. A participação das mulheres camponesas na formação do Coletivo 14 de agosto (Ariquemes, Rondônia 2004- 2018). Universidade Federal da Paraíba - UFPB. 2018.

CARVALHO, Horácio Martins de. **Na sombra da imaginação (1) - Reflexão a favor dos camponeses**. Curitiba, abril de 2010. Disponível em: <http://www.reformaagrariaemdados.org.br/biblioteca/artigo-e-ensaio/na-sombra-daimagina%C3%A7%C3%A3o-1-recamponesa%C3%A7%C3%A3o-no-brasil>. Acesso: 22/05/2019.

FANTUZZI, Davi. A importância da feiras agroecológicas para as cidades. **Carta Maior**. 2016. Disponível em <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Meio-Ambiente/A-importancia-da-feiras-agroecologicas-para-as-cidades/3/36223>> Acesso em 24 junho 2018.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **A formação do MST no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LEFF, Enrique. **Ecologia, capital e cultura: a territorialização da racionalidade ambiental**. Rio de Janeiro: Vozes, 2009.

LEITE, Sérgio Pereira; MEDEIROS, Leonilde Servolo de. Agronegócio. In CALDART, Roseli; PEREIRA, Isabel Brasil; ALENTEJANO, Paulo e FRIGOTTO, Gaudênio. (Org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro e São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio e Expressão Popular, 2012. p. 79-85.

LONDRES, Flavia. **Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida.** -Rio de Janeiro: AS-PTA-Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

MACHADO, Luiz Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. **Dialética da Agroecologia.** São Paulo: Expressão Popular, 2014.

NÓBREGA, Juliana. **A Produção da vida como política no cotidiano:** A união de terra, trabalho e panelas no ‘Grupo Coletivo 14 de Agosto’, em Rondônia. 2013. 277 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de São Paulo, 2013.

OLIVEIRA, Oleides Francisca de. **Território e Cidadania em Rondônia:** Estudo das Políticas de Desenvolvimento Rural Sustentável nos Territórios Central e Madeira Mamoré. 2012. 210 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento regional) - Universidade de Santa Cruz do sul, 2012. Disponível em :<http://repositório.unisc.br/jspui/biststream/11624/492/1/OleidesOliveira.pdf>Acesso em:21 de mar.2019 10 mai. 2014.

PRIMAVESI, Ana M. Agroecologia e manejo do solo. **Revista Agriculturas:** experiências em agroecologia. Rio de Janeiro, n. 5.v. 3, p. 7-10, set. 2008. Impresso.

SANTILI, Juliana. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores.** São Paulo, Petrópolis, 2009.

SATO, Leny. **Feira Livre:** Organização, Trabalho e Sociabilidade – São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2012.

SHIVA, Vandana. **Monoculturas da mente:** perspectiva da biodiversidade e da biotecnologia. São Paulo: Gala, 2003.

SILVA, Ricardo Gilson da Costa, Globalização e dinâmicas territoriais em Rondônia-Região Amazônica. **Geograficando-** revista de Estudos Geográficos, v, 5, p, 41-61, 2009.

SOUZA, Murilo Mendonça Oliveira de. **Luta territorialização e resistência camponesa no leste Rondoniense (1970-2010).** 2011. 358 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Uberlândia, 2011. Impresso.

STÉDILE, João Pedro. (Org.) **A questão Agrária no Brasil:** Situação e perspectivas da Reforma Agrária na década de 2000. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

VENDRAMINI, Celia Regina. Educação e trabalho: reflexões em torno dos movimentos sociais do campo. **Caderno Cedes,** Campinas, vol. 27, n. 72, maio/ago, 2007. p. 121- 135

VIEIRA, Thaile Cristina Lopes. **A Relação Educação e Agroecologia:** Um Estudo Sobre Experiências em Escolas do MST, no Paraná. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual do Centro-Oeste, Guarapuava, 2018.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. "A sociologia rural na América Latina: produção de conhecimento e compromisso com a sociedade." *ALASRU Nueva Época* 5 (2010): 17-44.